# COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

# PROJETO DE LEI Nº 905, DE 2011

Altera o art. 133 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de Dezembro de 1940.

**Autor:** Deputado MÁRCIO MARINHO **Relator:** Deputado DIEGO GARCIA

## I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 905/2011 de autoria do ilustre Deputado Federal MÁRCIO MARINHO pretende alterar o §3º art. 133 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para acrescentar o inciso IV e estabelecendo nova causa de aumento de pena de 1/3 (um terço) do crime de abandono de incapaz no caso de a vítima ser pessoa com deficiência.

Na justificação o parlamentar argumenta que não foi abarcada pelo presente texto legal a proteção as pessoas com deficiência, que em um conceito genérico considerado pela ONU são "aquelas pessoas que apresentam, em caráter permanente, perdas ou anormalidades de sua estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica, que geram incapacidade para o desempenho de atividades dentro do padrão considerado normal do ser humano". O deputado ressalta que as pessoas com deficiência necessitam de um grau maior de cuidado, o que é assegurado pelos princípios constitucionais relacionados à proteção a pessoa humana, e ainda o princípio da igualdade que prevê que o Estado deve assegurar tratamento desigual aos que se encontram em desigualdade material.

Não houve apensamentos ao projeto principal.

O projeto tramita em regime de Ordinário (Art. 151, III, RICD) e está sujeito à apreciação do Plenário da Câmara dos Deputados (art. 132, IV),





e foi inicialmente despachado à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (Mérito e Art. 54, RICD).

O projeto foi relatado em 11/11/2011 pela Deputada SANDRA ROSADO, que votou pela constitucionalidade, juridicidade, adequada técnica legislativa e, **no mérito, pela rejeição** do PL n.º 905, de 2011. Em síntese, fundamentou a rejeição asseverando que para ser vítima do crime de abandono de incapaz a pessoa tem de possuir alguma deficiência que a impossibilite de defender-se, e que essa mesma deficiência não pode ser utilizada como causa de aumento de pena, sob pena de haver um *bis in idem*.

Posteriormente, o projeto foi arquivado em 31/01/2015 (art. 105, RICD) e desarquivado em 12/02/2015 nos termos do Artigo 105 do RICD, em conformidade com o despacho exarado no REQ-440/2015.

Em seguida, o projeto foi redistribuído à Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência (CPD) e em 19/08/2015 foi aprovado o parecer do relator, Deputado Dr. Jorge Silva (PROS-ES), pela aprovação, com emenda para a substituir a expressão "pessoa portadora de deficiência" por "pessoa com deficiência".

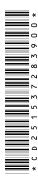
Após, em 20/08/2015 o projeto foi novamente recebido pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (Mérito e Art. 54, RICD), tendo sido designada como relatora a Deputada Tia Eron (PRB-BA) que devolveu o projeto sem manifestação. Assim, o projeto foi novamente arquivado em 31/01/2019 e desarquivado em 26/02/2019 (art. 105, RICD), tendo sido designado este relator em 03/04/2025.

É o relatório.

#### **II - VOTO DO RELATOR**

Nos termos do art. 32, IV do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, compete a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania proferir parecer acerca da constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e mérito do Projeto de Lei nº 905/2011.





Nesse passo, considero o presente projeto de lei e a emenda aprovada pela Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência (CPD) formal e materialmente constitucionais.

Quanto aos aspectos formais, verifica-se ser de competência privativa da União para legislar sobre Direito Penal (art. 22, I, CF/88) e ser competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência (art. 23, II). Ainda, verifica-se que não há vício de iniciativa, visto não se tratar de matéria de iniciativa privativa de outro poder.

Quanto aos aspectos materiais, verifica-se que não há incompatibilidade das proposições com os princípios e regras materiais protegidos pela Constituição Federal de 1988.

As proposições possuem **juridicidade**, sendo compatíveis com o ordenamento jurídico brasileiro, especialmente com a Lei nº 13.146/2015 que instituiu a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Todavia, observa-se que o Projeto de Lei nº 905 é do ano de 2011 e, portanto, anterior ao novel Estatuto da Pessoa com Deficiência. Com isso, há um conflito entre o teor do projeto em análise e a nova lei editada, sendo **necessário redigir um substitutivo ao presente projeto de lei com vistas a compatibilizá-lo ao atual ordenamento jurídico**. Isso, porque o artigo 90 do Estatuto da Pessoa com Deficiência já tipifica o crime de abandono de pessoa com deficiência, o que poderia ocasionar uma antinomia entre normas jurídicas.

Ainda, considero que as proposições apresentam **boa técnica legislativa**, acatando-se a emenda de redação aprovada pela Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, para a substituir a expressão "pessoa portadora de deficiência" por "pessoa com deficiência", já contemplada no substitutivo proposto.

Por fim, considero **meritório** o projeto sob exame e a emenda aprovada pela Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência para acrescentar o inciso IV ao §3º do art. 133 do Código Penal, estabelecendo





uma nova causa de aumento de pena de 1/3 se a vítima foi pessoa com deficiência, com os devidos ajustes na forma do substitutivo.

Com efeito, o *caput* artigo 133 do Código Penal tipifica o crime de abandono de incapaz, prevendo pena de detenção, de seis meses a três anos para aquele que abandona pessoa sob seu cuidado, guarda, vigilância ou autoridade, e, por qualquer motivo, incapaz de defender-se dos riscos resultantes do abandono. Já o §3º prevê hipóteses de aumento de pena em um terço quando o abandono ocorre em lugar ermo (inciso I), se o agente é ascendente ou descendente, cônjuge, irmão, tutor ou curador da vítima (inciso II), ou se a vítima é maior de 60 (sessenta) anos (inciso III).

Embora a proposta seja meritória, é preciso compatibilizá-la com o ordenamento jurídico vigente. Isso, porque o PL 905 é do ano de 2011 e em 2015 foi editada a Lei nº 13.146/2015 — Estatuto da Pessoa com Deficiência, também chamada Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, que em seu artigo 90 tipifica o crime de abandono de pessoa com deficiência, nos seguintes termos:

Art. 90. Abandonar pessoa com deficiência **em hospitais, casas de saúde, entidades de abrigamento ou congêneres**:

Pena - reclusão, de 6 (seis) meses a 3 (três) anos, e multa.

Parágrafo único. Na mesma pena incorre quem não prover as necessidades básicas de pessoa com deficiência quando obrigado por lei ou mandado.

Conforme destaque acima, verifica-se que o crime de abandono de pessoa com deficiência previsto no artigo 90, da forma como está redigido e em decorrência do **princípio da taxatividade penal**, só se consuma quando a pessoa for abandonada em locais específicos: **em hospitais, casas de saúde, entidades de abrigamento ou congêneres**. Em consequência, caso a pessoa com deficiência seja abandonada em qualquer outro local que não esses, o agente não comete o crime do art. 90 do Estatuto. Nesse caso, a depender do entendimento no caso concreto, o agente poderia ser enquadrado, de forma subsidiária, no crime previsto no art. 133 do Código Penal (abandono de incapaz), caso se entenda a pessoa deficiente como incapaz. Todavia, após a edição da Lei nº 13.146/2015, entende-se que todas





as pessoas com deficiência são consideradas capazes, salvo nas hipóteses de interdição.

Feitas essas considerações, verifica-se que o acréscimo do inciso IV, ao §3º do art. 133 do Código Penal, para criar nova causa de aumento de pena no crime de abandono de incapaz, no caso de a vítima ser pessoa com deficiência, poderia ocasionar uma antinomia com tipo penal previsto artigo 90 do Estatuto da Pessoa com Deficiência.

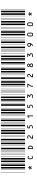
Isso porque, se houver esse acréscimo, a conduta de abandonar pessoa com deficiência, por exemplo, em local ermo (não contemplado no art. 90 da Lei nº 13.146/2015) teria uma pena de **detenção**, de seis meses a três anos, acrescida de 1/3, conforme alteração proposta no art. 133. **Com isso, verifica-se que abandonar pessoa com deficiência em local ermo** (art. 133, do CP) **teria uma pena mais branda do que abandoná-la em um hospital** (art. 90 da Lei nº 13.146/2015 – pena de **reclusão**, de 6 (seis) meses a 3 (três) anos, **e multa**.). Isso fere frontalmente o princípio da proporcionalidade, da lesividade e da dignidade da pessoa humana.

Com esses fundamentos e por já existir tipo penal específico para abandono de pessoa com deficiência previsto no art. 90 do Estatuto da Pessoa com Deficiência, propõe-se uma alteração neste artigo ao invés do art. 133 do Código Penal. A alteração proposta na forma do substitutivo retira de sua redação a restrição dos locais específicos de abandono, ampliando-se o âmbito de proteção da pessoa com deficiência. Nesse caso, abandonar pessoa com deficiência, em qualquer lugar, passaria a ser punido com a pena de pena de **reclusão**, de 6 (seis) meses a 3 (três) anos, **e multa**, conforme já previsto no art. 90.

Propõe-se, adicionalmente, o acréscimo no art. 90 do Estatuto das mesmas qualificadoras e majorantes já previstas no art. 133 do Código Penal. Com isso aumenta-se consideravelmente a proteção à pessoa com deficiência.

Dessa forma, a alteração do artigo 90 na forma do substitutivo é plenamente compatível com os compromissos constitucionais e internacionais assumidos pelo Brasil, e traduz-se em mecanismo eficaz de





6

tutela penal diferenciada a pessoas com deficiência que se encontrem sob risco.

Ainda, a Constituição da República de 1988, em seu artigo 1º, inciso III, consagra a dignidade da pessoa humana como fundamento da República. No artigo 5º, *caput*, e no artigo 6º, assegura-se a igualdade material e a proteção de grupos vulneráveis. O inciso II do art. 5º da Constituição também impõe uma obrigação comum à União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios *cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência*.

Além disso, o Brasil é signatário da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU, incorporada com status de emenda constitucional por meio do Decreto Legislativo nº 186/2008 e do Decreto nº 6.949/2009. Essa Convenção impõe obrigações positivas aos Estados para proteger as pessoas com deficiência de negligência, abuso e abandono, conforme seu artigo 16. A Convenção também reforça o dever de adoção de medidas legislativas para garantir punição adequada aos autores dessas condutas.

Ante o exposto, **VOTO** pela **constitucionalidade, juridicidade, adequada técnica legislativa** do projeto de lei e da emenda aprovada pela Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência e, **no mérito, pela aprovação** do Projeto de Lei nº 905/2011, **na forma do substitutivo** em anexo.

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputado DIEGO GARCIA Relator

2025-4623





# COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

### SUBSTITUTIVO AO PL 905/2011

Altera o art. 90 da Lei nº 13.146 de 6 de julho de 2015 – Estatuto da Pessoa com Deficiência, para prever novas qualificadoras e causas de aumento de pena para o crime de abandono de pessoa com deficiência.

### O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei altera o art. 90 da Lei nº 13.146 de 6 de julho de 2015 – Estatuto da Pessoa com Deficiência, para prever novas qualificadoras e causas de aumento de pena para o crime de abandono de pessoa com deficiência.

Art. 2º O artigo 90 da Lei nº 13.146 de 6 de julho de 2015 – Estatuto da Pessoa com Deficiência, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 90. Abandonar pessoa com deficiência que está sob seu cuidado, guarda, vigilância ou autoridade:

Pena - reclusão, de 6 (seis) meses a 3 (três) anos, e multa.

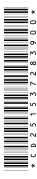
- §1º Na mesma pena incorre quem não prover as necessidades básicas de pessoa com deficiência quando obrigado por lei ou mandado.
- §2º Se do abandono resulta lesão corporal de natureza grave:
- Pena reclusão, de um a cinco anos, e multa.
- §3° Se resulta a morte:

Pena - reclusão, de quatro a doze anos, e multa.

### Aumento de pena

§4° - As penas cominadas neste artigo aumentam-se de um terço:





I - se o abandono ocorre em lugar ermo;

II - se o agente é ascendente ou descendente, cônjuge, irmão, tutor ou curador da vítima;

III – se a vítima é maior de 60 (sessenta) anos." (NR)

Art. 3º Esta lei entra em vigor a partir da data da sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputado DIEGO GARCIA Relator

2025-4623

